

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SÂMILA DE FÁTIMA SILVA SIQUEIRA

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA PESSOA SURDA E SUAS INTERFACES
COM O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: uma revisão narrativa da literatura**

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2025

SÂMILA DE FÁTIMA SILVA SIQUEIRA

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA PESSOA SURDA E SUAS INTERFACES
COM O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: uma revisão narrativa da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete
Leite Junior**

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2025

SÂMILA DE FÁTIMA SILVA SIQUEIRA

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA PESSOA SURDA E SUAS INTERFACES
COM O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: uma revisão narrativa da literatura**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 02/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. DR. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR

Membro: PROF. ME. MARCOS TELES DO NASCIMENTO / UNILEÃO

Membro: PROF.^a MÁRCIA CLÉBIA ARAÚJO DAMASCENO / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2025

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA PESSOA SURDA E SUAS INTERFACES COM O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: uma revisão narrativa da literatura

Sâmila de Fátima Silva Siqueira¹
Francisco Francinete Leite Junior²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as articulações entre os processos de subjetivação da pessoa surda no acesso ao atendimento psicológico, considerando atravessamentos culturais, linguísticos e sociais que incidem sobre o cuidado em saúde mental. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, realizada nas bases *SciELO*, *PEPSIC* e *Google Acadêmico*, utilizando os descritores “atendimento psicológico”, “pessoa surda” e “saúde mental”. Os resultados indicaram que a surdez ultrapassa o campo biológico, constituindo-se como experiência identitária e cultural, na qual a língua de sinais, o pertencimento comunitário e as relações sociais influenciam na construção da subjetividade. As produções analisadas apontaram que as vivências surdas são atravessadas por processos históricos de exclusão, estigmas e desigualdades, que repercutem no acesso aos serviços de saúde mental e na qualidade do cuidado ofertado. No âmbito do atendimento psicológico, destacam-se barreiras comunicacionais, simbólicas e atitudinais, dilemas éticos e lacunas na formação em Psicologia, somados à escassez de profissionais preparados para atuar com a diversidade linguística e cultural, reconhecendo, inclusive, que nem todas as pessoas surdas dominam a Libras. Conclui-se que o cuidado psicológico ao surdo requer transformações institucionais e formativas, superação de modelos reducionistas e fortalecimento de práticas pautadas na equidade, na inclusão e na promoção integral da saúde mental.

Palavras-chave: Pessoa surda; Atendimento psicológico; Saúde mental; Inclusão.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: samilasiqueirapsi@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda os processos de subjetivação da pessoa surda e suas interfaces com o atendimento psicológico, a partir de uma revisão narrativa da literatura. De início, ressalta-se que a inclusão abrange a promoção do acesso ao ambiente físico e às dimensões cultural e social, o que envolve a necessidade de mudança de atitudes e comportamentos. Como destaca a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), existem barreiras que limitam ou impedem a participação social, a exemplo, para a população surda, as atitudinais e as de comunicação, com obstáculos para expressar ou receber informações. Logo, a inclusão implica transformar as formas de interação social, criando condições que favoreçam o desenvolvimento de cada sujeito (Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021).

Diante disso, historicamente, percebe-se a existência de crenças equivocadas sobre pessoas com deficiência. Em algumas culturas, eram vistas como advindas de um castigo, enquanto, em outras, como dotadas de poderes especiais. No entanto, em ambos os aspectos, foram marcados pela exclusão social. Percebe-se que, muitas vezes, a compreensão da surdez não partiu das próprias pessoas surdas, desconsiderando-se a experiência real dessa população, em que não foram reconhecidas ou respeitadas em suas diferenças. Esse histórico de exclusão evidencia a importância de práticas de acessibilidade e inclusão, que não reduzam o sujeito a uma única característica, mas valorizem suas potencialidades (Duarte *et al.*, 2013).

A fim de contextualizar o tema, faz-se necessário apresentar a diferença entre a pessoa surda, parcialmente surda e pessoa com deficiência auditiva, que está relacionada com a profundidade da perda auditiva. Considera-se pessoa surda aquela com perda profunda, isto é, não consegue ouvir e se comunica, principalmente, por meio da Língua de Sinais, que no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A pessoa parcialmente surda possui uma capacidade auditiva, embora limitada, que seja funcional, com ou sem uso de aparelhos auditivos. Já a deficiência auditiva corresponde à perda parcial ou total da capacidade de perceber sons, cujas causas podem incluir fatores genéticos, lesões e alterações no sistema auditivo (Costa; Marques; De Souza, 2022).

Somado a isso, a subjetivação corresponde ao processo pelo qual o sujeito se constitui a partir dos saberes que o atravessam. Trata-se de uma experiência dinâmica de formação do “eu”, que não ocorre de maneira isolada, mas na relação do indivíduo com o contexto social (Foucault, 2006). No caso da pessoa surda, os processos de subjetivação se dão na interação com uma cultura própria, com língua, valores e tradições específicos, envolvendo um conjunto de experiências sociais e históricas que dão forma ao seu modo de ser no mundo

(Duarte *et al.*, 2013). Assim, observa-se que os profissionais de Psicologia precisam conhecer a cultura e os elementos que constituem a identidade surda e qualificar-se para oferecer um suporte adequado, espaço acolhedor e empático (Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021).

Ainda, identifica-se uma lacuna significativa quanto à escassez de produções no campo da Psicologia que articulem subjetivação, cultura surda e acesso ao atendimento psicológico, bem como sobre seus impactos no cuidado em saúde mental. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa se orienta pela seguinte questão: De que modo os processos de subjetivação da pessoa surda se articulam no acesso ao atendimento psicológico? Tal indagação foi estruturada com base na estratégia PICO, na qual a população (P) corresponde às pessoas surdas, o interesse (I) refere-se aos processos de subjetivação e o contexto (Co) ao atendimento psicológico (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

Posto isto, a motivação para a escolha do tema surgiu tanto do vínculo pessoal da autora quanto do modo como compreende a Psicologia. Durante a graduação, percebeu-se que a saúde mental dos surdos não era discutida de forma consistente, o que despertou inquietações que se fortaleceram ao longo da formação, especialmente ao começar a realizar aulas de Libras para entender e se inteirar acerca do atendimento à população surda. Então, esta pesquisa vincula-se à crença na prática psicológica como possibilidade de transformação, com um movimento de direcionar o olhar para aquilo que, muitas vezes, permanece invisibilizado e silenciado.

Portanto, trabalhar com a temática da surdez e da saúde mental representa um desafio que exige ultrapassar zonas de conforto, enfrentar lacunas históricas e propor caminhos que favoreçam um cuidado mais inclusivo. Reafirma-se a relevância social deste estudo, sobretudo para a população surda, ao evidenciar a necessidade de que mais pessoas se dediquem a pesquisar e estudar sobre o tema. Além disso, destina-se também a estudantes de Psicologia, psicólogas(os) e demais profissionais da área da saúde mental que atuam com a diversidade, para que se reconheçam como corresponsáveis na promoção de práticas que assegurem um cuidado integral.

Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo geral analisar as articulações entre os processos de subjetivação da pessoa surda no acesso ao atendimento psicológico. Os objetivos específicos delineados foram: identificar os aspectos dos processos de subjetivação da pessoa surda; compreender como os fatores relacionados à constituição do sujeito surdo podem incidir sobre a saúde mental e ponderar as repercussões da formação do profissional de psicologia frente ao atendimento psicológico da população surda.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. Conforme Gil (2018), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de fontes já publicadas, impressas ou digitais, como livros, artigos científicos e dissertações, tendo como finalidade oferecer sustentação teórica e identificar o panorama atual do conhecimento sobre o tema. Entre suas contribuições, destaca-se a possibilidade de abranger uma variedade mais ampla de fenômenos do que aqueles acessíveis por meio da investigação empírica direta.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, busca compreender fenômenos sociais, culturais e subjetivos, em que valoriza a interpretação dos significados e o contexto em que ocorrem (Guerra *et al.*, 2024). Articulada a essa abordagem, a revisão narrativa apresenta aspectos metodológicos de caráter não sistemático, permitindo reflexões e explorações sobre diferentes eixos, além de integrar saberes científicos a partir de contextos teóricos e práticos. Reconhece-se que esse tipo de revisão apresenta limitações, como ausência de protocolo rígido e maior influência de interpretação (Fernandes; Vieira; Castelhana, 2023).

A escolha pela revisão narrativa justificou-se pela necessidade de abarcar um campo ainda pouco explorado na Psicologia, no qual as produções sobre subjetivação da pessoa surda e saúde mental são escassas e metodologicamente diversas. A fim de embasar a discussão, realizou-se um levantamento de dados obtidos nas plataformas científicas *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: atendimento psicológico; pessoa surda; saúde mental.

Consideraram-se como critérios de seleção a pertinência ao tema, o tipo de publicação (livros e artigos científicos) e os idiomas português, inglês e espanhol. Quanto ao recorte temporal, não se estabeleceu um período rígido de busca, em razão da limitada quantidade de pesquisas. Contudo, priorizaram-se publicações dos últimos cinco anos, sem excluir materiais clássicos ou fundamentais para compreensão histórica e cultural da surdez. O processo seguiu as seguintes etapas: (a) definição da questão norteadora; (b) busca nas bases selecionadas; (c) leitura inicial de títulos e resumos; (d) leitura integral do material; e (e) análise crítica e síntese, sendo selecionados 12 estudos que relacionam pessoa surda, saúde mental e acesso ao atendimento psicológico.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Processos de subjetivação da pessoa surda: cultura, identidade e comunicação

Na Antiguidade, os surdos não eram considerados humanos, tinha-se a ideia de que a fala era resultado do pensamento e, por não se comunicar dentro do padrão que era esperado, estes eram considerados como alguém sem raciocínio ou competência. No Egito Antigo, em contrapartida, os surdos eram adorados e respeitados pela população, devido às crenças religiosas da época. Ao longo da história, percebe-se que a pessoa surda foi vista de diferentes formas: inicialmente marcada pela exclusão, chegando a ser extinta em alguns grupos; mais tarde, inserida em processos de integração, principalmente no ambiente escolar, sendo incluída no mesmo espaço, mas ainda separada pela ausência de acessibilidade. Atualmente, observa-se uma luta cada vez mais forte pela inclusão efetiva (Duarte *et al.*, 2013).

“A presença do povo surdo é tão antiga quanto à humanidade. [...] O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos.” (Strobel, 2008, p.42). Nesse sentido, compreende-se que, após um longo percurso marcado por vivências de exclusão e preconceito, o reconhecimento da humanidade da pessoa surda, associado à constituição de sua identidade e cultura, é um processo recente. Ademais, grande parte da história dos surdos é narrada a partir da perspectiva da população ouvinte, como se fosse uma espécie de "descoberta", o que reflete uma visão colonizadora e contribui para a invisibilização das experiências daqueles que são comumente marginalizados na sociedade (Strobel, 2008).

Esse percurso histórico não se limita ao contexto europeu ou oriental. No Brasil, a história da pessoa surda também passou por transformações, a partir de 1855, quando Dom Pedro II trouxe ao país um professor francês, Ernest Huet, com o objetivo de iniciar o trabalho educacional voltado às pessoas surdas. Naquele período, a educação destinava-se prioritariamente aos homens, enquanto as mulheres eram excluídas do ensino especializado por serem vistas como dóceis e submissas ao núcleo familiar (Medeiro; Viveiros, 2017).

A criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, foi um marco importante, no Brasil, para a educação de pessoas surdas (Medeiro; Viveiros, 2017). Contudo, com o Congresso de Milão (1880) houve um movimento de educadores surdos que colocou o uso da metodologia oralista como supremo e mais importante na visão da sociedade, em que muitos estudavam sob a obrigação do padrão ouvinte. Ainda assim, com uma trajetória marcado por resistência, a comunidade

surda possibilitou a continuidade do uso da língua de sinais (De Lacerda, 1998). A partir de um avanço decisivo que ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, promovendo a valorização da identidade e da cultura surda no país.

A educação da pessoa surda passou por diferentes paradigmas ao longo da história. O Oralismo, predominante até meados do século XX, baseava-se na oralização e proibia o uso da língua de sinais. Com o tempo, essa perspectiva foi criticada e surgiu a Comunicação Total, que defendia a utilização de recursos orais, gestuais e visuais para favorecer a interação, mas com base na estrutura gramatical da língua oral, não considerando a estrutura própria da língua de sinais. E, por fim, consolidou-se o Bilinguismo, que reconhece a língua de sinais como primeira língua e a língua oficial do país como segunda, fortalecendo a identidade surda e possibilitando uma comunicação efetiva (Barros; Alves, 2019).

As vivências em escolas para surdos, onde a língua de sinais era proibida, refletem questões colonizadoras que perpassam a história dessa população, como evidencia a autora surda Laboritt (1994) ao relatar experiências de alunos que buscavam se comunicar discretamente enquanto o professor escrevia no quadro, acreditando que não eram percebidos. Com o tempo, compreenderam que emitiam ruídos involuntários durante a sinalização, o que os levou a adotar estratégias para não produzir nenhum som.

Nesse contexto, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo e acessível em todos os níveis de ensino, destaca-se o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Esse decreto reafirma princípios fundamentais, como o reconhecimento da diversidade humana, a promoção da equidade, o combate ao capacitismo e a oferta de recursos que assegurem a permanência, a participação e a aprendizagem da população. Desse modo, garantir o acesso à educação e à escola é também promover pertencimento social, fortalecimento da autonomia e cuidado psicológico.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, considera-se pessoa surda aquela que, em razão da perda auditiva, entende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras. A pessoa ouvinte, por sua vez, é aquela que estabelece sua interação com o mundo por meio da audição e da fala (Strobel, 2008). Nessa perspectiva, tem-se a língua oral, que é caracterizada como uma comunicação de natureza oral-auditiva, pois depende da audição e da utilização do aparelho vocal para articular e compreender os sons que compõem as palavras (De Quadros; Karnopp, 2004).

A língua de sinais é um sistema de natureza visual-motora, com uma gramática e regras próprias, estrutura completa e organizada em diferentes níveis linguísticos, fonológico, morfológico, sintático e semântico. Cabe destacar que os sinais não correspondem a gestos, pois através da língua de sinais é possível expressar seus sentimentos ou ideias. Com a Libras, por exemplo, debatem política, literatura, questões cotidianas, contam histórias, realizam apresentações, ou seja, relacionam entre si, sem que haja perda de conteúdo (Gesser, 2009).

Reconhecer a Libras em seu valor cultural é compreender também os processos de subjetivação da pessoa surda, pois, por meio dela, é possível compartilhar experiências, expressar sonhos e reafirmar lutas coletivas (Medeiro; Viveiros, 2017). Nessa perspectiva, dialoga-se com Foucault (2006), que retrata a subjetividade como um processo sempre em transformação, não sendo fixo e não se nasce pronto. Assim, o processo de subjetivação se constrói na relação do sujeito consigo mesmo e com o seu contexto, o que permite entender a Libras como prática que possibilita novas formas de ser e de se constituir enquanto sujeito.

É importante ressaltar que a população surda possui sua cultura, em que se destaca um conjunto de ações desenvolvidas por pessoas que têm sua própria língua, suas tradições, regras e seus valores. No entanto, vale evidenciar que, ainda hoje, persiste o preconceito na forma como se percebe a surdez, com base em uma visão organicista, que a considera como um defeito no corpo ou um problema a ser corrigido, ou seja, sendo colocado em uma posição de alguém que precisa ser “consertado” para se encaixar em um padrão normativo. Com isso, entende-se que a surdez não se restringe a uma condição física, mas envolve formas próprias de viver e de se relacionar com o mundo, de modo que o surdo deve ser reconhecido em sua totalidade, para além da ideia de um sujeito que apenas “não escuta” (Duarte *et al.*, 2013).

Para compreender um povo, é fundamental conhecer sua cultura. Conforme Perlin e Strobel (2014), no caso da cultura surda, não se trata apenas de diferenciar os sujeitos com base na surdez, mas de reconhecer o pertencimento à comunidade surda, tendo a língua de sinais como parâmetro essencial na definição de suas identidades. Em uma perspectiva histórica, observa-se que essa cultura abrange diversos elementos, que vão desde a experiência visual até a literatura surda, as artes, a política e a vida social.

[...] a cultura surda é o padrão de comportamento compartilhado por sujeitos surdos na experiência trocada com os seus semelhantes quer seja na escola, nas associações de surdos ou encontros informais. Isto origina a identificação de pertencer a um povo distinto, caracterizado por compartilhar língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização [...] (Perlin; Strobel, 2014, p.25).

Logo, observa-se que é pela troca de experiências entre os sujeitos surdos que se constitui sua forma de ser no mundo. Em concordância com o estudo de Miranda (2010), a língua de sinais vai além de um recurso comunicativo, configurando-se como um fator estruturante para a identidade e para o reconhecimento cultural da pessoa surda. Nesse processo, o convívio entre pares possibilita a construção da identidade surda em dimensões psicológicas, sociais e linguísticas.

A identidade não é algo estável, mas um processo em transformação. Dessa forma, entende-se que há várias identidades surdas, visto que são pessoas diferentes e não se pode enquadrar em uma mesma categoria, ou seja, não há uma identidade única, pois ela também é constituída pelos papéis sociais que cada indivíduo desempenha. As identidades surdas são diversas, tem-se a política, daqueles que se reconhecem como pertencentes à comunidade e à cultura surda e a identidade híbrida, de sujeitos que nasceram ouvintes e, em decorrência de algum fator, adquiriram a surdez ao longo da vida (Carvalho; Campello, 2022).

Segundo Da Silva *et al.* (2021), a identidade de transição refere-se ao sujeito surdo que passa por conflito cultural, em razão de ter uma convivência tardia com a comunidade. Ainda, tem a intermediária, quando tem dificuldade de posicionar-se, não se reconhecendo nem surdo e nem como ouvinte. Já a identidade flutuante corresponde àqueles que não possuem vínculo com a comunidade surda, não utilizam tecnologias e se identificam com a identidade ouvinte. A identidade embaçada e a diáspora apresentam outras particularidades: a primeira refere-se a sujeitos que não receberam orientação e, por isso, não se identificam nem com a cultura surda nem com a ouvinte, sem domínio do português ou da Libras; a segunda caracteriza-se pelo deslocamento entre diferentes locais, o que possibilita contato com diversas origens.

As identidades surdas podem variar conforme diferentes aspectos, como o uso de aparelhos auditivos ou implantes cocleares, as pertencas étnicas, dos povos originários e outras especificidades socioculturais. Essas variações demonstram que a experiência surda é plural e atravessada por múltiplos marcadores (Carvalho; Campello, 2022). Nessa perspectiva, entende-se a importância do sentimento de pertencimento a uma cultura para o processo de construção da identidade, como bem descreve a autora surda Strobel (2008, p.17) “Ao ter contato com a comunidade surda, o meu mundo abriu as portas e eu pude explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado dentro de mim.”

Diante do exposto, considerar as múltiplas identidades surdas também é uma tarefa clínica, visto que essas vivências surdas podem demandar sofrimento decorrente da não pertença e até tensões entre mundos linguísticos distintos. Ainda, apresentar menor familiaridade com a comunidade surda e maior dependência de mediações comunicacionais.

Essas diferenças produzem necessidades clínicas específicas que devem orientar o planejamento terapêutico. Compreender o sujeito, portanto, exige conhecer o mundo que o criou. Por isso, ao ser entendida como diferença cultural e linguística, a surdez deixa de ser reduzida a uma perspectiva biológica e passa a ser reconhecida como uma experiência identitária, marcada por dimensões sociais, históricas e políticas, cujas repercussões incidem também sobre a saúde mental.

2.2.2 Vivências surdas: perspectivas sobre a saúde mental e o cuidado psicológico

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar completo no qual o sujeito desenvolve suas habilidades para enfrentar os impasses da vida. Não se deve romantizá-la, pois não se reduz ao âmbito individual, já que depende de uma rede de fatores, entre eles a garantia de direitos humanos (convívio social, lazer, educação básica, saúde, entre outros), que possibilitam esse bem-estar. (Universidade Federal de Lavras, 2021). Nesse horizonte, o Decreto nº 5.626 prevê a inclusão efetiva das pessoas surdas em todas as esferas da vida social, assegurando atenção integral à sua saúde nos diversos níveis e especialidades, neste estudo, enfatiza-se a dimensão da saúde mental.

Conforme Siqueira, Hollanda e Motta (2017), a identidade relaciona-se diretamente à ideia de equidade, uma vez que não se trata de oferecer direitos iguais a todos, mas é sobre ofertar os serviços conforme as necessidades de cada sujeito. Ainda, considerando que políticas universalistas não são eficientes para promover a equidade; é preciso considerar particularidades, à luz das questões identitárias. Assim, considerando que a saúde mental é um direito de todos, no caso da pessoa surda, o atendimento deve respeitar suas condições e especificidades individuais e identitárias, atentando para existência, ou não, de sentimento de pertencimento à comunidade surda. Essa compreensão é crucial, pois diferentes identidades surdas geram diferentes necessidades clínicas e formas de estabelecimento de vínculo.

Diante disso, é importante afirmar que saúde mental não se reduz à ausência de psicopatologias; portanto, não é adequado restringir estudos em saúde apenas ao tratamento de doenças mentais. A definição de saúde mental como um completo bem-estar pode soar reducionista, dado o caráter complexo e dinâmico desse estado. Nesse aspecto, a saúde mental envolve ações de promoção e prevenção e, por lidar com pessoas, constitui-se como um processo, e não como um sistema fechado. Em outras palavras, requer reconstruções constantes das práticas para atender às necessidades de cada sujeito (Amarante, 2007).

No intuito de reduzir desigualdades evitáveis, a equidade em saúde pode ser entendida como o princípio segundo o qual todas as pessoas devem dispor de oportunidades reais para alcançar o melhor nível de saúde. Assim, o campo da saúde mental, trata-se de uma questão de justiça social, ao reconhecer que as iniquidades não se explicam apenas por renda ou classe social, mas decorrem de um conjunto de marcadores sociais que, ao interagirem, produzem impasses no acesso e diferenças na qualidade do cuidado (Siqueira; Hollanda; Motta, 2017). Práticas de inclusão são essenciais como possibilidade de promoção de saúde mental, contudo, barreiras simbólicas e sociais, como estigmas e tabus, dificultam sua efetivação. Práticas de exclusão expressas em atendimentos negados ou em comunicação inadequada enfraquecem a implementação das políticas de saúde mental (De Azevedo; Filha, 2012).

Conforme Correia e Ferreira (2025), um elemento fundamental no processo de cuidar é a comunicação, por possibilitar vínculo e acolhimento entre o profissional de saúde e o sujeito. Importa reconhecer, todavia, que ela não se restringe à linguagem oral: envolve também dimensões visuais, corporais e expressivas, capazes de viabilizar o encontro mesmo diante de diferenças linguísticas. Nesse sentido, a ausência de recursos comunicativos adequados, como o desconhecimento da Libras, pode ser um fator que compromete esse cuidado. Por consequência, impasses no acolhimento e na inclusão impactam o acesso dos surdos aos serviços de saúde e a própria efetividade das ações de promoção de saúde.

Entende-se que, com o uso da Libras, possibilita uma comunicação afinada com pessoas surdas que sinalizam, favorecendo a oferta de cuidado e a satisfação dos envolvidos (Correia; Ferreira, 2025). Contudo, não se trata apenas do domínio da língua de sinais, é possível ampliar as possibilidades sensoriais de percepção de mundo e de presença. Como registra a obra que narra a convivência com uma filha surda: “O seu silêncio me fez querer ouvir o mundo. Passei a ouvi-lo com os olhos, com o tato, com o toque. Passei a ouvi-lo com o coração (...)” (Franco, 2013, p.287). Desse modo, o silêncio deixa de ser visto como limitação e passa a configurar-se como potência de comunicação e de afeto.

O processo de aceitação da surdez vai além do aspecto físico, já que envolve questões como reconhecer a cultura e a identidade surda. Entretanto, esse processo não ocorre de maneira natural ou simples para todas as pessoas, já que é perceptível o marco de estigmas e violências históricas que atravessam a comunidade surda. Sendo estas violências físicas, mas também simbólicas, quando, por muitas vezes, foram forçados a se adaptarem ao padrão ouvinte, o que pode levar a um sentimento de exclusão e negação da identidade (Santos; Molon, 2016). Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade que o ser humano possui de se

expressar, e o quanto essa dominação ouvinte, com a imposição da língua pode ser uma forma de silenciar identidades, tendo suas necessidades básicas impedidas (Pinto, 2001).

A imposição de uma cultura dominante evidencia-se em um estudo que analisa as vivências de uma pessoa surda e, ao descrever a trajetória educacional, contempla sobre tal perspectiva: “a experiência de Fátima aponta para um modo da existência relacionado à imposição do método oralista, pois ela afirma não encontrar sentido nas imitações que foi obrigada a realizar, a língua portuguesa não possuía relação alguma com suas experiências.” (Thomaz; Freitas, 2017, p. 35). Com isso, ressalta-se que a falta de sentido nos diferentes âmbitos da vida pode repercutir na saúde mental, uma vez que retira do sujeito a percepção do mundo e, por conseguinte, de si e de sua relação com os outros.

Merleau-Ponty (2018) discute que a subjetividade se revela na relação com os outros, e não como algo isolado, pois existir é ser no mundo. O indivíduo descobre a si mesmo no contato com o outro e na experiência do mundo vivido: é na troca, no olhar e na comunicação que o sujeito se compreende. “Descobrir o mundo é descobrir a si mesmo e ao outro.” (Thomaz; Freitas, 2017, p. 37). Dessa forma, o conhecimento de si e do outro se constitui na experiência compartilhada do mundo vivido.

Com base nesse entendimento, as vivências do que é ser uma pessoa surda não se reduzem a uma forma única, pois há vias que geram identidades, sentidos de si e redes de apoio distintos. Trata-se, portanto, de habitar em afetos ambíguos, como medo, descoberta e orgulho, de exercer a capacidade de ação consciente, ao reivindicar, produzir cultura ou valorizar modos de comunicação que façam sentido (Costa; Ribeiro, 2018).

Ao relatar como se sentia na infância, Fátima citou o exemplo de como experimentou a solidão e a falta de compreensão dos atos e gestos nas brincadeiras de criança. Ao tentar se incluir nas brincadeiras, imitava o gestual das outras crianças, especialmente o labial, mesmo não compreendendo o que fazia. Percebia que as outras crianças a provocavam e riam dela, entretanto, não entendia exatamente o que acontecia e o seu porquê (Thomaz; Freitas, 2017, p. 34).

Assim, observa-se que o preconceito, o *bullying* e a busca para se “encaixar” socialmente podem ser aspectos que afetam a saúde mental do surdo, visto que passa a construir sua autoimagem não a partir das próprias experiências, mas sim moldada por pressões externas (Santos; Molon, 2016). Conforme um estudo realizado por Turner *et al.* (2007), destaca-se maiores fatores, entre as pessoas surdas, de isolamento, de sintomas depressivos, de baixa autoestima, de dificuldades familiares e falta de apoio social. Embora sejam fatores semelhantes ao da população geral, diferenciam-se pela dificuldade na

comunicação, no qual podem apresentar indícios de maior risco de suicídio ou ideação suicida. Com isso, observa-se que a carência nos serviços ofertados de saúde, sobretudo o de saúde mental, pode ser um fator para maior vulnerabilidade dessa população.

Ao relacionar a surdez e ansiedade, algumas pesquisas indicam um potencial agravante da experiência ansiogênica para a pessoa surda. Isso ocorre, sobretudo, quando as dificuldades de comunicação impedem a recepção de informações de maneira explícita. Nesses casos, a insuficiência de compreensão do que está sendo vivenciado pode gerar ansiedade, angústia, insegurança e estresse – afetando o aspecto emocional. Ainda, é importante considerar a presença de marcadores que influenciam na variação dos resultados. Tal como ocorre com mulheres surdas, que enfrentam estigmas relacionados à surdez e o peso de padrões sociais impostos às mulheres em geral, tornando-as alvos de rótulos e de uma visão social que tende a desvalorizar ou limitar seu potencial (Santos; Silva, 2019).

Nessa perspectiva, compreende-se o que Akotirene (2019) define como interseccionalidade, a partir da articulação de múltiplas e simultâneas formas de sistemas de opressão que atravessam a vida de grupos historicamente marginalizados. Assim, uma mulher negra, surda e em situação de vulnerabilidade social vivencia situações que ultrapassam a dimensão da surdez, resultantes da sobreposição de marcadores que interagem no processo de constituição do sujeito. Essas violências não ocorrem de modo isolado, mas em conjunto, que tem impacto nas relações, na saúde mental e no acesso a direitos.

Sobre esse viés, Brito *et al.* (2021) reflete sobre os marcadores e a surdez, evidenciando como o corpo, espaço de luta e expressão, constitui-se como território político de resistência frente às violências que buscam silenciar identidades. Ainda, destaca para o elevado risco de crianças surdas expostas a situações de abuso sexual, reforçando a urgência de políticas e práticas de cuidado que considerem a diversidade e os atravessamentos sociais.

Segundo o estudo realizado por De Oliveira *et al.* (2024), observa-se a presença significativa de Transtornos Mentais Comuns (TMC)³ em pessoas surdas, apesar de não apresentar um comparativo com outros grupos (como o de ouvintes), o que impede uma correlação direta para afirmar se a população surda está mais exposta a riscos, revela-se um número elevado de casos, tornando-se um dado relevante para análise. “A menor qualidade de vida das pessoas surdas é esperada pela dificuldade de comunicação, o que pode gerar uma

³ O Transtorno Mental Comum (TMC) corresponde a um conjunto de sintomas psíquicos – como insônia, fadiga, irritabilidade, queixas somáticas e dificuldade de concentração – que geram sofrimento emocional e prejuízo funcional, embora não preencham os critérios diagnósticos formais para transtornos específicos. Portanto, é clinicamente relevante, já que impacta o bem-estar e o funcionamento psicossocial do indivíduo (Santos *et al.*, 2019).

vulnerabilidade dos surdos aos problemas de saúde mental.” (Chaveiro *et al.*, 2014, p.112). Assim sendo, entende-se que o isolamento e a dificuldade ou ausência de comunicação efetiva, presentes desde a infância, podem gerar efeitos no aspecto emocional, cuja intensidade tende a ser ampliada diante da negligência histórica em relação à saúde mental.

Posto isto, compreende-se que a saúde mental do sujeito surdo é atravessada por determinantes históricos, sociais e culturais, que influenciam suas formas de subjetivação e de pertencimento no mundo. Promover saúde mental implica reconhecer as singularidades identitárias, entretanto, enquanto persistirem estigmas e estereótipos, será difícil transformar diretrizes em serviço efetivo, acessível e respeitoso. Assim, a mudança precisa ser cultural e institucional (com protocolos e formação) não apenas normativa, uma vez que pensar o cuidado à pessoa surda é também refletir o próprio fazer psicológico, com um serviço que considere a diferença como potência e o atendimento psicológico como ato de inclusão.

2.2.3 Atendimento psicológico à pessoa surda: desafios e alternativas

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2012), quase 10 milhões de pessoas tinham alguma deficiência auditiva. A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 identificou que o país possuía 2,3 milhões de pessoas (1,1%) com deficiência auditiva, que apresentavam muita dificuldade ou não conseguiam ouvir (IBGE, 2021). Por isso, impõe-se questionar o preparo das(os) psicólogas(os), em que os cursos de Psicologia, assim como os das demais áreas da saúde, precisam evoluir na formação de profissionais capacitados para lidar com as diversidades. Com isso, o domínio da Libras, embora necessário, não é suficiente, uma vez que é imprescindível compreender os significados e sentidos que estão vinculados à cultura, reconhecendo que nem todas as pessoas surdas se comunicam por meio da Libras ou se identificam com a comunidade surda (Scalcon; Martins; Pieczkowski, 2024).

Compreender o sujeito em sua subjetividade é fundamental para que o atendimento psicológico seja efetivo e promova um cuidado qualificado. Por essa razão, é necessário ressaltar que a cultura surda representa uma forma própria de compreender o mundo e torna-se um fator essencial para facilitar o acesso da pessoa surda aos serviços de saúde mental. Dessa forma, valorizar a história como algo próprio do surdo, emergem questões específicas, por exemplo, sobre como é ser um homem surdo ou uma mulher surda. Essa forma de ser no mundo inclui a maneira de ensinar e aprender a cultura, de se engajar em discussões sociais e políticas, bem como tudo que é produzido pela comunidade surda (Perlin, 2004).

A partir das questões apresentadas, torna-se essencial destacar que a população surda possui seus direitos regulamentados pelo Decreto nº 5.626/2005, com ênfase no direito ao cuidado integral à saúde, respeitando suas singularidades, reconhecendo seus marcadores e garantindo a devida acessibilidade (Brasil, 2005). A Psicologia contribui para a eliminação de todas as formas de exclusão, opressão ou negligência, e parte do pressuposto de que os profissionais da área devem estar devidamente aptos para atender a essas demandas, compreendidas também como uma luta política (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Diante disso, compreende-se que essa é, igualmente, uma responsabilidade social, o que torna função da(o) psicóloga(o) a promoção da inclusão no acesso à saúde mental. Ao entender a surdez como um modo de existência, cabe não apenas refletir, mas transformar essa realidade, tendo em vista a necessidade de capacitação adequada na formação (Riterbusche *et al.*, 2021). Assim, o atendimento psicológico à pessoa surda configura-se como compromisso ético-político com a equidade.

O sentimento de pertencimento é um aspecto essencial no processo de construção da identidade e da autoestima, contribuindo para o fortalecimento da saúde mental da pessoa surda. Posto isso, a ausência de conteúdos sobre a Libras e sobre a cultura surda nos cursos de Psicologia configura-se como um desafio, especialmente quando tais conhecimentos não são buscados fora da formação acadêmica. De acordo com o estudo de Rezende *et al.* (2021), observa-se a baixa capacitação em Libras dos profissionais da área da saúde ou, ainda, a ausência de empatia e paciência, aspectos que podem tornar o atendimento frustrante e corroborar para o sentimento de descontentamento entre as pessoas surdas.

Conforme Aguiar e Cordeiro (2021), tanto pessoas surdas quanto ouvintes precisam lidar com situações que afetam o aspecto emocional, com dificuldades e potencialidades. Contudo, a escassez de profissionais capacitados para o atendimento psicológico à população surda pode contribuir para impasses no manejo dessas questões. No estudo de Rosa (2017), por meio das entrevistas realizadas com psicólogas(os), evidenciam-se as lacunas na formação, com relato de profissional que afirma nunca ter ouvido falar sobre atendimentos as pessoas surdas durante a graduação. Tal realidade resulta em um cuidado negligenciado, pois muitos concluem o curso com uma formação voltada a demandas e públicos específicos, cada vez mais especializados, o que bloqueia a ampliação do olhar para a diversidade.

Assim, destaca-se a Resolução nº 7, de 10 de abril de 2025, do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas para o exercício profissional da(o) psicóloga(o) no atendimento às pessoas com deficiência e no enfrentamento do capacitismo. Essa resolução reforça o compromisso ético da Psicologia com a promoção do bem-estar e da autonomia de

cada sujeito. O documento orienta que o atendimento deve fundamentar-se em princípios de equidade, acessibilidade e cuidado integral, considerando as dimensões biopsicossociais e interseccionais, bem como veda práticas discriminatórias, assistencialistas ou patologizantes. No contexto da pessoa surda, essa normativa reforça a importância de reconhecer as barreiras comunicacionais e culturais como fatores que exigem do profissional um cuidado sensível e comprometido com a inclusão.

Complementando as diretrizes para a atuação de psicólogos(os), soma-se a Resolução nº 9, de 24 de abril de 2025, do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece orientações específicas para o atendimento à população surda. A normativa reconhece a diversidade identitária, linguística, cultural e social das pessoas surdas, orientando que o cuidado deve promover equidade e acolhimento às diferentes formas de comunicação. Ademais, enfatiza a necessidade de garantir acessibilidade comunicacional, tecnológica, arquitetônica e atitudinal, bem como a importância de profissionais capacitados em Libras. Embora muito recente, a Resolução nº 9/2025 representa um avanço significativo ao assegurar autonomia e inclusão. Assim, reafirma o compromisso da Psicologia com a eliminação de barreiras que historicamente limitaram o acesso do surdo ao cuidado em saúde mental.

Segundo Scalcon, Martins e Pieczkowski (2024), é necessário adaptar a sessão de psicoterapia à singularidade e à realidade do sujeito, visto que o surdo pode não saber Libras, ser oralizado ou não se identificar com a cultura surda. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar como o indivíduo se constitui, bem como sua queixa e demanda. Como registrado na pesquisa que “[...] uma das entrevistadas relatou que recebeu em seu consultório particular, um paciente surdo que optou por se comunicar pela escrita. Outra psicóloga atendeu um surdo que aceitou a presença de um intérprete [...]” (Scalcon; Martins; Pieczkowski, 2024, p. 15).

O estudo de Romano e Serpa Jr (2021) evidencia que o cuidado em saúde mental de pessoas surdas demanda reconhecer a diversidade de modos de comunicar e de estar no mundo. Apresentam relatos de três pessoas surdas com necessidades distintas de cuidado, mostrando que não há um único modelo ou recurso comunicacional que dê conta de todas as experiências. Enquanto algumas necessitam atendimento diretamente em sua língua, outras demandam múltiplas possibilidades expressivas ou, ainda, maior sensibilidade profissional para compreender gestos, ritmos e presenças como formas legítimas de comunicação.

Além disso, em outras áreas da saúde é possível contar com recursos, como o apoio de um familiar ou de um intérprete de língua de sinais, para mediar a comunicação durante o atendimento. No entanto, na psicoterapia há um impasse em relação à presença de uma outra pessoa nas sessões, o que pode configurar um dilema ético, visto que se tem a

responsabilidade de assegurar o sigilo entre terapeuta e paciente, sendo questionável a presença de um terceiro no setting terapêutico (Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021).

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu artigo 9º, é dever do profissional resguardar o sigilo, por meio da confidencialidade, no intuito de proteger a intimidade das pessoas atendidas (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Então, quando a presença de um intérprete for indispensável, conforme o CRP 01/DF (2023), orienta-se contratar um profissional certificado, que deverá assinar um termo de compromisso, responsabilizando-se pela manutenção do sigilo das informações que terá acesso.

Diante disso, observa-se que o atendimento psicológico envolve dilemas e possibilidades, sendo um dos principais desafios a presença de um intérprete durante a sessão, o que pode comprometer a subjetividade do processo. Em conformidade com o estudo de Costa e Cruz (2021), quando o atendimento se divide entre três pessoas, perde-se o modelo tradicional de terapeuta e cliente, constituindo-se uma nova modalidade, na qual há o risco de perda da referência visual, assumida pelo intérprete. Isso se torna evidente ao considerar que um dos parâmetros fundamentais da Libras é a expressão facial. Por exemplo, se o cliente sinaliza algo e a psicóloga não consegue transmitir adequadamente aquela expressão por meio da voz, parte essencial do atendimento pode ser comprometida neste momento.

Em vista disso, quando se aponta a presença de uma terceira pessoa durante os atendimentos como forma de facilitar o processo comunicacional, pode comprometer a privacidade e a autonomia do sujeito, considerando que é essencial que a pessoa surda possa assumir a responsabilidade sobre sua própria saúde. Além disso, são mencionados outros recursos, como o uso da escrita em português, embora possua maiores adversidades, uma vez que o surdo pode não compreender a língua portuguesa de forma efetiva, ocasionando em frustração e angústia. (Santos; Portes, 2019). Ademais, utiliza-se de desenhos, objetos lúdicos, tecnologias, expressões faciais e corporais, assegurando-se sempre de posicionar-se de frente para o sujeito, evitando disposições que dificultem a interação (Araújo; Samaridi, 2023).

Com base nisso, compreende-se que a alternativa mais adequada para o atendimento psicológico é a partir de profissionais que dominem a Libras. Entretanto, embora existam leis de proteção aos direitos das pessoas surdas, estas ainda não são plenamente aplicadas. Há escassez de incentivos para a capacitação adequada dos profissionais, o que contribui para o número reduzido de psicólogas(os) preparadas(os) para atender essa população. Tal cenário levou muitos intérpretes de Libras a se formarem em Psicologia, enquanto, segundo a pesquisa, poucas(os) psicólogas(os) buscaram esse conhecimento após a graduação, evidenciando uma lacuna na formação (Costa; Cruz, 2021).

Do ponto de vista aplicado, os achados deste estudo apontam para a necessidade de práticas que considerem a pluralidade das experiências surdas. Entre as contribuições, foi possível destacar a adoção de abordagens sensíveis às formas de comunicação, admissão que a ausência da Libras pode comprometer o processo, elaboração de protocolos de acolhimento que incluam avaliação das preferências comunicacionais, formação continuada e articulação com intérpretes de forma ética, planejada e supervisionada. A Psicologia, ainda marcada por raízes excludentes, encontra-se em transformação e exige uma ampliação do olhar para a inclusão. Para isso, torna-se necessário refletir sobre quem são os sujeitos aos quais os serviços são ofertados e, reconhecendo que a saúde mental é um direito de todos, identificar quais ações têm sido desenvolvidas para facilitar o acesso ao atendimento psicológico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo permitiram alcançar o objetivo, o qual consistiu em analisar as articulações entre os processos de subjetivação da pessoa surda no acesso ao atendimento psicológico, ao demonstrar que a surdez ultrapassa o campo biológico e se configura como uma experiência identitária e cultural. Nessa perspectiva, a Libras, o pertencimento comunitário, as relações sociais e os determinantes históricos, culturais e linguísticos revelam-se fundamentais para a constituição subjetiva e no cuidado psicológico.

A trajetória histórica do surdo revela um percurso marcado por práticas excludentes e pela imposição de uma lógica colonizadora, que buscou normatizar corpos e silenciar diferenças, e ainda reverbera na atualidade, influenciando a forma como a surdez é percebida socialmente. Reconhecer esse passado é essencial para desconstruir visões reducionistas e construir um cuidado psicológico pautado na ética e na inclusão, no qual a diferença humana seja celebrada como potência, expressão de uma Psicologia viva e transformadora.

Os resultados revelaram que o atendimento psicológico à pessoa surda deve ser compreendido como espaço de produção de sentido e vínculo, em que o domínio da Libras é importante, mas insuficiente sem o reconhecimento dos aspectos culturais e identitários que compõem a subjetividade. Dessa forma, evita-se que o encontro terapêutico se reduza a um ato meramente técnico. As barreiras linguísticas, a ausência de preparo profissional e os dilemas éticos exibem um distanciamento entre o ideal de inclusão e a prática efetiva do cuidado, o que compromete o acesso da população surda aos serviços de saúde mental.

Promover o cuidado psicológico à pessoa surda exige compreender que não é o sujeito que deve se adaptar à psicoterapia, mas sim a(o) psicóloga(o) que precisa desenvolver

competências, manejar estratégias e estar preparada(o) para acolher o sujeito em sua totalidade e em suas demandas específicas. Falar sobre Psicologia é falar sobre cuidado em saúde mental, e ao abordar saúde mental, fala-se também sobre justiça social. Desse modo, a prática psicológica não se restringe a modelos únicos, pois lida com sujeitos com histórias, culturas e tudo que influencia o modo como vivencia o próprio ser, existir e resistir no mundo.

Constatou-se também que a maioria das publicações sobre o tema ainda se concentra na área da Educação, o que revela a necessidade de ampliação de pesquisas específicas no campo da Psicologia. Somam-se a isso limitações inerentes a esta revisão narrativa, a escassez de pesquisas empíricas sobre subjetivação, práticas clínicas e vivências da pessoa surda no acesso ao atendimento psicológico. Ainda, observa-se que grande parte dos estudos associa saúde mental à ausência de doenças ou ao adoecimento psíquico, restringindo a compreensão do tema e negligenciando dimensões preventivas, sociais e culturais do bem-estar.

A análise evidenciou que, embora existam leis e políticas públicas que garantem o direito ao atendimento integral e inclusivo, ainda persistem barreiras que dificultam a efetivação desses direitos. Conclui-se que promover o cuidado psicológico à pessoa surda implica romper com modelos normativos centrados na escuta ouvinte, construir práticas mais acessíveis e investir na formação de profissionais sensíveis à diversidade linguística e cultural. Dessa forma, refletir sobre os processos de subjetivação da pessoa surda não apenas amplia a compreensão teórica sobre inclusão e saúde mental, mas também convoca a Psicologia a repensar suas práticas e seus processos formativos em direção a um cuidado ético e acessível.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Karoline Giele Martins; CORDEIRO, Enza Carolina Rodrigues. Acessibilidade do surdo ao atendimento psicológico na saúde mental. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, v. 2, p. e11777-e11777, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

ARAÚJO, Débora Carvalho; SAMARIDI, Isadora. A ACESSIBILIDADE DA PSICOLOGIA CLÍNICA A PESSOAS SURDAS. **Psicologias em Movimento**, v. 3, n. 1, p. 40-52, 2023.

BARROS, Hellenvivivan de Alcântara; ALVES, Francisco Regis Vieira. As principais abordagens de ensino para o surdo: e a valorização da cultura dos surdos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, 2019.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Regulamenta a Lei nº 14.705, de 13 de setembro de 2023, para dispor sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html> Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 05 nov. 2025.

BRITO, Ires dos Anjos *et al.* Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **Odeere**, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021.

CARVALHO, Vilmar Fernando; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A existência de quatorze (14) identidades surdas. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 14, p. 139-152, 2022.

CHAVEIRO, N *et al.* Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2014, v. 18, n. 48, p. 101-114.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 7, de 10 de abril de 2025**. Estabelece normas para o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo no atendimento às pessoas com deficiência e no enfrentamento do capacitismo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/RESOLUCAO_CFP_N_7_2025_PUBLICACAO_NO_DOU.pdf Acesso em: 05 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 9, de 24 de abril de 2025**. Dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos às pessoas surdas no âmbito da saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/05/SEI_CFP-2153164-Resoluc%CC%A7a%CC%83o.pdf Acesso em: 28 nov. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 1ª REGIÃO (DF). CRP 01/DF orienta: a presença de intérprete no consultório psicoterapêutico não configura quebra de sigilo! Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.crp01.org.br/page_4007/CRP%2001%20ORIENTA:%20A%20presen%C3%A7a%20de%20int%C3%A9rprete%20no%20consult%C3%B3rio%20psicoterap%C3%AAutico%20n%C3%A3o%20configura%20quebra%20de%20sigilo! Acesso em: 9 dez. 2025.

CORREIA, Luana Paula de Figueiredo; FERREIRA, Márcia de Assunção O cuidado ao surdo no serviço de saúde: um clamor silenciado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, p. e00045224, 2025

COSTA, Bianca Silva Lopes; RIBEIRO, Sátilla Souza. A representação da surdez na literatura: vivências e experiências de surdos e familiares de surdos. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, p. 101-121, 2018.

COSTA, Juliana Menezes; MARQUES, Laís Seixas; DE SOUZA, Júlio César Pinto. O atendimento psicológico voltado a pessoa surda. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e215111638011-e215111638011, 2022.

COSTA, Vanusa Valentim Vieira da; CRUZ, Robson Nascimento da. **A psicologia no atendimento clínico do sujeito surdo: dilemas e possibilidades**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Betim, 2021.

DA SILVA, Gabrielly Pereira; LORENA, Bianca Ribeiro; FERRETTI, Eliana Chaves; ANDRADE, Luana Foroni. Identidades surdas: trajetória de criação e validação de um instrumento. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 123-138, jul./dez. 2021.

DE AZEVEDO, Elisângela Braga; FILHA, Maria de Oliveira Ferreira. Práticas inclusivas na rede de atenção à saúde mental: entre dificuldades e facilidades. **Ciência & Saúde**, v. 5, n. 2, p. 60-70, 2012.

DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 68-80, 1998.

DE OLIVEIRA, Elton Andrade *et al.* Caracterização dos indicadores de saúde mental em indivíduos surdos. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e10437-e10437, 2024.

DE QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DUARTE, Soraya Bianca Reis *et al.* Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, p. 1713-1734, 2013.

FERNANDES, Jaciara Mayara Batista; VIEIRA, Lidiane Torres; CASTELHANO, Marcos Vitor Costa. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. **REDES-Revista Educacional da Sucesso**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCO, Kátia Maria de Oliveira. **A sonoridade da surdez**. São Paulo: Biblioteca 24 Horas. 2013.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; STROPARO, Telma Regina; COSTA, Michel da; CASTRO JÚNIOR, Francisco Pires de; LACERDA JÚNIOR, Orivaldo da Silva; BRASIL, Melca Moura; CAMBA, Mariangela. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019**: ciclos de vida: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf> Acesso em: 15 nov. 2025.

LABORIT, Emmanuelle. **O voo da gaivota**. Tradução Lelita de Oliveira. São Paulo: Best Seller, 1994.

MEDEIRO, Tito Barros Leal de Pontes; VIVEIROS, Denise Penha. UMA HISTÓRIA QUASE INAUDITA: LUTAS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, v. 1, n. 3, p. 60–78, 7 Mar 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MIRANDA, Viviane Marques. SURDEZ E IDENTIDADE: EXISTE UMA CULTURA SURDA?. **Monografia. Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo**, 2010.

PEREIRA, Vanessa Alves; ARAÚJO, Karoliny Vilela; DE ALMEIDA SILVA, Jucineide Lima. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 1, n. 3, p. 20-30, 2021.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, p. 17-31, 2014.

PERLIN, Gládis T.T. **O Lugar da Cultura Surda**, In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), **A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. Identidade cultural surda na diversidade brasileira. **Espaço, Rio de Janeiro: INES**, n. 16, p. 34-41, 2001.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. **Revista Cefac**, v. 23, p. e0620, 2021.

RITERBUSCHE, Camila da Silva; MAFFINI, Gabriela; GONÇALVES, Camila dos Santos. Equidade e saúde mental: desafios do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas. **Research, Society And Developmen**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 1-10, abr. 2021.

ROMANO, Bruna; SERPA JR, Octavio Domont de. Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas e profissionais de saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 02, p. e310208, 2021.

ROSA, Patrícia da. **No encontro intercultural, o encontro terapêutico**: prática clínica com surdos. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

SANTOS, Alane Santana; PORTES, Arlindo José Freire. Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na atenção básica à saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [periódico na Internet]. 2019.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 15, p. 508-511, 2007.

SANTOS, Fábio; SILVA, Joilson Pereira da. Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 1, p. 143-157, 2019.

SANTOS, Gustavo de Brito Venâncio dos *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p.1-14, 2019.

SANTOS, Saionara Figueiredo; MOLON, Susana Inês. Preconceito e bullying na constituição de uma professora de libras: experiências de uma surda. **Revista educação especial**, v. 29, n. 56, p. 723-735, 2016.

SCALCON, Gizeli; MARTINS, Helen Beatriz; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Atuação de psicólogos no atendimento à pessoa surda. **Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE**, n. 26, p. 5, 2024.

SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de; HOLLANDA, Eliane; MOTTA, José Inácio Jardim. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1397-1397, 2017.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado em Educação) – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2008.

THOMAZ, Amanda Galerani; FREITAS, Joanneliese de Lucas. A experiência de mundo de uma surda ao aprender LIBRAS: uma abordagem fenomenológico-existencial. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 25-45, 2017.

TURNER O, WINDFUHR K, KAPUR N. **Suicide in deaf populations: a literature review**. Ann Gen Psychiatry. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Boas práticas em saúde mental**. Lavras: UFLA, 2021.